

Inventário do espaço na oficina da vida:

Imagens e representações do Sul de Minas Gerais no *Almanach Sul-Mineiro*, 1874.

PÉROLA MARIA GOLDFEDER E CASTRO*

Assim as semanas, assim os meses, assim os anos. E choviam almanaques, muitos deles entremeados e adornados de figuras, de versos, de contos, de anedotas, de mil coisas recreativas. E choviam. E chovem. E hão de chover almanaques. O Tempo os imprime, Esperança os brocha; é toda oficina da vida (ASSIS, 2001:28).

Dessa forma termina o conto publicado originalmente na edição do *Almanaque das Fluminenses* de 1890, no qual Machado de Assis compõe uma bela alegoria para explicar a origem dos almanaques no mundo. Segundo ele, essa invenção deu-se mais ou menos assim: o Tempo, velho de barbas brancas, mas coração ainda ardente, certa vez se enamorou de uma bela menina, de nome Esperança. Na primeira vez em que fora abordada pelo Tempo, Esperança não correspondeu aos galanteios daquele senhor por considerar-se jovem demais em comparação a ele. Astucioso, o Tempo então inventou o almanaque, para tornar mensuráveis os dias, os meses e os anos, de maneira que Esperança pudesse perceber o esvanecimento de sua própria juventude. Ao final de muitas décadas, transformado-se em uma senhora idosa, Esperança decidiu aceitar a proposta de casamento daquele que fora seu eterno admirador. A união entre Tempo e Esperança, por sua vez, se fez perceptível nas páginas dos almanaques, que desde então passaram a registrar não apenas o triste escoamento dos dias, mas também o mistério do amanhã, além de projetos, sonhos e desejos para o futuro.

A alegoria de Machado de Assis nos serve para introduzir reflexões históricas sobre a natureza, composição e características de nossa principal fonte documental, o *Almanach Sul-Mineiro*. De imediato, podemos dizer que as personagens Tempo e Esperança são bastante significativas para a história dos almanaques, já que revelam como a essência desse tipo de impresso esteve sempre inexoravelmente ligada à dimensão da temporalidade.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e bolsista PROPP/UFOP. perolagold@yahoo.com.br.

Gênero literário e editorial, os almanaques são parte de uma tradição que remonta ao Livro das Horas medieval e às previsões astrológicas, sendo o termo empregado na Europa, desde o século XVI, para designar literatura articulada em torno de um calendário. Etimologicamente, a palavra *almanac* provém de um termo árabe que significa “livro do tempo” (ANDRIÈS, 1996: 289).

Sem nos determos à polêmica sobre a caracterização dos almanaques como literatura popular de *colportage*¹, diremos apenas que eles foram, por muito tempo, guias práticos e baratos utilizados pelo homem em suas constantes interrogações sobre o tempo da vida. Livros-objeto, de linguagem simplificada, conteúdo ameno e variado, essas publicações são mais bem compreendidas pela noção de *assemblage*², ou composto de saberes colocados a serviço da utilidade, da formação e do entretenimento.

A partir de finais do século XVIII, os almanaques passaram por significativas mudanças em sua estrutura original, diversificando-se e incorporando temáticas específicas de conhecimento. Surgiram, assim, os almanaques históricos, corográficos, agrícolas, literários, farmacêuticos, de cidades, da família, entre outras especialidades. Essas publicações firmaram-se na cultura impressa ocidental como veículos de vulgarização do saber, sendo por vezes empregados como instrumentos pedagógicos na construção de identidades nacionais, formação de opinião pública, aprimoramento de gostos e estímulo à curiosidade científica.

Uma perspectiva interessante é a que relaciona os almanaques ao projeto maior do século XIX, o de difusão de progresso e civilização pelo mundo. Segundo ela, os almanaques seriam grandes divulgadores culturais do projeto político e educativo das elites intelectuais, verdadeiros monumentos impressos com a finalidade de cristalizar informações e reiterar representações sociais (DUTRA, 2005: 19).

¹ O termo francês *colportage* deriva-se do substantivo *colporteurs*, ou vendedores ambulantes de pequenos utensílios, livretos e almanaques. A caracterização dos almanaques como literatura popular tem sido questionada nos últimos anos, dadas as ambiguidades do objeto popular em historiografia. Outra argumentação, nesse sentido, é a de que os almanaques são uma publicação compósita, duplamente erudita e popular, os quais circulam por diferentes rodas de leitores e é apropriada das mais diversas maneiras (DUTRA, 2005: 62).

² Nesse contexto, o termo *assemblage* significa um composto de saberes úteis à vida prática e à formação intelectual do leitor. A noção de “conhecimento em conta-gotas”, própria dos almanaques, guarda relações diretas com o paradigma enciclopédico de generalização e vulgarização do conhecimento por meio da imprensa (FERREIRA, 2001: 20).

Nesse movimento de instrução popular e formação de comunidades (leitoras) imaginadas, para parafrasearmos uma expressão de Benedict Anderson, o estabelecimento de um contínuo temporal por meio dos calendários, dias de santos, festas religiosas e cívicas não foi a única preocupação pedagógica expressa nos almanaques. Fazia-se necessário, de outras maneiras, fundar estas comunidades no espaço.

Em uma realidade socioespacial esgarçada, como a do Brasil no século XIX, cuja grande extensão territorial dificultava a percepção de totalidade do Império e mesmo das províncias, os almanaques investiram-se de um aspecto civilizador, servindo não apenas para ordenar o tempo, como também para costurar o espaço, através do inventário de suas partes. É nessa perspectiva que pretendemos ler o *Almanach Sul-Mineiro* de 1874.

1. Notas preliminares: o olhar corográfico

Antes de iniciarmos esta deliciosa leitura, empreendemos um mergulho profundo nas retinas do homem do Oitocentos, buscando compreender como ele via o espaço, distinguia os elementos da paisagem e codificava os signos da natureza, associando tudo isso a sua própria identidade. Para isso, será necessário reflexões de sobre alguns conceitos-chave em nossa pesquisa, os de *corografia*, *topofilia* e *regionalismo*. Vale observar que, a exceção de corografia, esses termos não são contemporâneos ao contexto histórico em análise, todavia suas explicações nos ajudam no entendimento da percepção espacial própria do século XIX.

As diversas formas de sistematização do espaço foram estabelecidas primeiramente pelos geógrafos gregos, nomeadamente por Ptolomeu, os qual distinguia a Topografia, que definia as condições locais do relevo; a Corografia, que representava o caráter único das regiões; e a Geografia, caracterizada pela preocupação com a totalidade (CLAVAL, 1995: 13). No século XVII, na parte introdutória de *Geographia Generalis*, Bernhard Varenius retoma a tradição ptolomaica ao dividir a geografia em dois grandes campos, a Geografia Geral ou universal e a Geografia Especial ou particular.

De acordo com essa definição, podemos considerar que a Geografia Especial ou particular, também denominada corografia, era uma especialidade de percepção espacial relacionada muito mais à apropriação concreta do território que a uma compreensão abstrata do espaço. Complementariamente à perspectiva linear, o olhar corográfico se desenvolveu de maneira a submeter o espaço ao domínio hegemônico do intelecto e da razão (COSGROVE, 1985: 50). Sendo assim, não é estranho que a perspectiva corográfica tenha predominado em documentos de caráter militar, estratégico e estético, tais como mapas, roteiros de viagens, e mesmo em obras pictóricas dos gêneros natureza-morta e paisagístico.

Ademais, por tratar da constituição de uma região em sua especificidade, identificamos no olhar corográfico semelhanças com a pesquisa antiquária, praticada por eruditos desde o Renascimento. Ambas as formas de conhecimento baseiam-se no tratamento sistemático das informações, que consiste em abranger determinada unidade temática de forma descritiva e verticalizada (MOMIGLIANO, 2004: 94). Assim, enquanto o antiquariato descobre uma moeda antiga e sobre ela discorre exaustivamente, o corógrafo representa uma vila ou cidade de maneira pormenorizada e crítica.

Contudo, é interessante observar que todo exercício de descrição corográfica tem seus limites, e estes se traduzem na impossibilidade de representação do espaço real tal como ele se coloca às vistas do observador. Isso porque, nos explica Edward Soja:

O que se vê ao olhar para as geografias é obstinadamente simultâneo, mas a linguagem dita uma sucessão seqüencial, um fluxo linear de afirmações elocutivas, limitada pela mais espacial das restrições terrenas, a impossibilidade de dois objetos (ou palavras) ocuparem exatamente o mesmo lugar (como numa página) (SOJA, 1993: 9).

Por conta dessa limitação fundamental, o mais minucioso dos inventários do espaço é sempre uma construção, resultado da seleção de elementos historicamente determinados. Mesmo os mapas, cuja disposição dos conteúdos de maneira panorâmica sugere-nos totalidade, são como instantâneos de um território em constante mutação. A natureza, sob os olhos do corógrafo, torna-se paisagem³, entendida como uma forma de

³O conceito *paisagem* foi trabalhado por Denis Cosgrove em suas relações com a perspectiva linear e a

ver o espaço e nele atuar material e simbolicamente para produzir impressão de ordem e controle.

No século XIX a corografia tomou forma do que conhecemos hoje por História Local, produção historiográfica que diz respeito a umas poucas aldeias ou cidades, ou a uma área geográfica que não exceda limites regionais. Esse gênero de escrita da história compunha-se, além do inventário de determinada região, de informações relativas à origem histórica desse espaço. Também é característico desse tipo de historiografia o tratamento sistemático das informações, bem ao modelo da pesquisa antiquária, além de referência a personalidades locais, num tom muitas vezes sentimental e laudatório.

Mas o que fazia da região objeto tão interessante aos olhos dos homens do século XIX? Pierre Goubert estima que, por um longo período, pelo menos até que as idéias passassem a circular mais rapidamente e os homens se deslocarem com mais frequência e rapidez, o ponto de referência da maioria das pessoas era a paróquia natal ou uma pequena cidade e seus arredores (GOUBERT, 1972: 2). Daí que, num tipo de vida tão confinada, as atividades intelectuais e o próprio olhar sobre o espaço fossem investidos de um forte sentimento de “amor à pátria” que, no caso de nossa pesquisa, denominamos *topofilia*⁴.

Outra hipótese para a predileção dos homens do século XIX pela História local ao invés de uma síntese histórica geral é a de que, àquela época, os territórios nacionais ainda não estavam bem constituídos a ponto de serem inventariados, sem que se diluíssem numa multiplicidade de regionalismos. Nesse sentido, o olhar corográfico seria expressão do nível de identidade espacial mais elementar, partilhado pelos habitantes de determinada região.

noção de *landschaft*, própria da cultura alemã. Na concepção do autor, a paisagem é uma maneira de ver, resultado de uma apropriação simbólica do indivíduo que compõe e estrutura o espaço de acordo com princípios geométricos (COSGROVE, 1985: 55). Para Alan Baker, geógrafo que estuda as relações entre Geografia e História, paisagem não é apenas uma maneira de ver, mas também uma maneira de pensar e agir, em suma, uma construção social, tanto intencional quanto espontânea (BAKER, 2006: 2).

⁴O termo *topofilia* foi cunhado pelo geógrafo Yi-Fu Tuan e significa um conjunto de percepções, atitudes, valores e visões do homem em relação ao espaço, “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980: 5). Na ausência de termo mais apropriado, pensamos que *topofilia* define o forte sentimento de “amor à pátria”, expresso nos almanaques corográficos, já que essas publicações expressam determinada atitude ou posicionamento do homem do século XIX frente ao mundo, espelhando também valores e experiências de uma elite intelectual.

No caso do Brasil, os agentes da formação nacional empreenderam uma série de ressignificações acerca de alguns temas consagrados pela historiografia tradicional, como o das bandeiras e descobertos auríferos. Temáticas próprias da geografia brasileira também sofreram processos de reescrita e adaptação ao projeto maior de civilização dos trópicos. Lembramos que, desde a década de 30 do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) constituiu-se num espaço privilegiado, mas não único, para se pensar questões relativas ao passado, presente e futuro nacional.

Nesse processo de reinvenção do território e fundação da nacionalidade brasileira, elementos regionais ganharam dimensão especial, prefigurando o gosto romântico pelo que havia de único e espontâneo em cada sociedade. Ademais, o exercício corográfico de exaltação das qualidades de uma região se mostrava poderoso recurso de argumentação política, utilizado pelas elites locais para fundamentar regionalismos.

Em reflexão sobre o funcionamento epistemológico dos instrumentos de análise próprios das ciências sociais, Pierre Bourdieu qualifica o discurso regionalista como performativo, na medida em que este visa impor como legítima uma definição territorial alternativa (BOURDIEU, 2009: 116). Na opinião do autor, para aspirar à existência, uma região deve ser primeiramente imaginada e reconhecida. Na base desse argumento está a correlação entre poder, discurso e representação.

O jogo de escalas entre nação e região foi praticado de diferentes maneiras ao longo do século XIX. Em ensaio sobre os paradigmas historiográficos existentes no Brasil daquela época, Bruno Medeiros e Valdeci Lopes de Araújo argumentam que, entre as décadas de 1840 e 1870, o modelo historiográfico formulado pelo IHGB teria sobrepujado todo um mosaico de histórias particulares regionais que eram escritas até então. Isso, contudo, não impediu que o gênero corográfico continuasse a ser praticado subterraneamente em diversas províncias, especialmente em Minas Gerais, onde predominava uma leitura liberal do processo de formação do Estado nacional (MEDEIROS, ARAÚJO, 2008: 29).

Nessa perspectiva, podemos compreender as corografias, memórias, efemérides e cronologias da época não apenas como gêneros de escrita, mas também como lugares de resistência a projetos políticos e intelectuais hegemônicos. A coexistência de paradigmas de percepção do espaço não foi, portanto, harmoniosa. Pelo contrário,

evidenciou-se uma série de disputas pelo monopólio da definição legítima de território nacional, identificado ora como matriz espacial, ora como produto e síntese dos particularismos regionais.

No caso mineiro, o olhar corográfico vinha sendo exercitado de maneira mais ou menos sistemática desde o período colonial, como resultado da preocupação dos agentes metropolitanos em conhecer e definir o território das Minas do ouro. Como representantes dessa tradição de corografias, podemos citar as obras: *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais* (1780), de Joaquim José da Rocha, e *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais* (1806), de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos. Títulos como *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais* (1836), de Raimundo da Cunha Matos, e *Noções geographicas e administrativas da província de Minas Gerais* (1863), do engenheiro alemão Henrique Gerber, embora tenham sido escritas em períodos posteriores à Independência, são exemplos de estudos corográficos que remontam à mesma tradição.

A hipótese de coexistência de modelos de percepção do espaço é bastante coerente para se pensar o processo de produção do território nacional no Brasil, além de nos instar a perceber o olhar corográfico sob a perspectiva do embate e da descontinuidade. Nesse sentido, analisar a produção corográfica oitocentista sobre Minas Gerais é estar atento às relações de embate e complementaridade entre os binômios *regionalismo* e *centralização*, *provincianismo* e *nacionalidade*. É também buscar perceber algumas imagens e experiências de lugar, região e nação que se descortinam por detrás das representações corográficas do espaço.

2. Lendo nas entrelinhas do *Almanach Sul-Mineiro*

Como fonte-objeto, os almanaques demandam metodologia de análise que os diferencie dos demais tipos de materiais impressos. Escrever a história de um almanaque do século XIX não é o mesmo que lidar com livros, jornais ou panfletos do mesmo período: cada um destes documentos possui historicidades, estruturas e periodicidades distintas que necessitam ser analisadas em sua especificidade.

Uma distinção fundamental entre almanaques e jornais refere-se à temporalidade inerente a essas publicações. Enquanto os jornais, diários ou semanais, são o espaço por

excelência da notícia, da simultaneidade e do que é efêmero, os almanaques, em sua etimologia, já apontam para outro tipo de relação com o tempo.

A uma primeira impressão, percebemos certo descompasso entre o tempo do mundo e o tempo dos almanaques. Mas é justamente na lógica retrospectiva que reside a força pedagógica e política desses impressos: ao fazerem um balanço do ano findo, os almanaques convidam o leitor a rememorar datas, registrar informações, além de planejar o futuro. Sendo assim, antes de procurarmos adaptar o almanaque à temporalidade de outras fontes históricas, devemos aceitar o desafio de pensá-lo na sua longa duração (FERREIRA, 2001: 19).

Em análise sobre o *Almanaque Brasileiro Garnier*, Eliana de Freitas Dutra fornece um arsenal metodológico, a nosso ver, coerente para a história de almanaques. De acordo com a autora, um dos procedimentos de leitura crítica dessas publicações consiste na identificação de suas sintaxes, arranjos estruturais de organização que conferem unidade e polissemia à obra. A identificação de um *topos*, questão de fundo que parece projetar-se sobre todo o conteúdo do almanaque, também é uma das estratégias utilizada pela autora para transformar seu objeto de pesquisa em uma unidade de compreensão histórica (DUTRA, 2005: 42).

Não podemos deixar de inserir o *Almanach Sul-Mineiro* em uma dinâmica capitalista de edição, na qual publicações de diversos gêneros são concebidas duplamente como mercadorias e bens simbólicos. Partimos dessa observação para situarmos nossa fonte documental de pesquisa no panorama da imprensa brasileira no século XIX.

As atividades editoriais e tipográficas demoraram a se estabelecer no Brasil, tendo sido oficialmente iniciadas em 1808 com a implantação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro. A partir de então, a recém-instaurada Corte dos trópicos viu chegar da Europa diversos impressores, editores e livreiros, os quais contribuíram significativamente para a fundação de um mercado editorial nacional. Entre os empreendedores estrangeiros, cabe destacarmos os irmãos franceses Baptiste Louis e Hipolite Garnier, o suíço Georg Leuzinger e os irmãos alemães Eduardo e Henrique Laemmert, esses últimos responsáveis pela edição e publicação de uma das primeiras obras do gênero em estudo, o *Almanach administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro* (1849).

Nas províncias, onde a precariedade técnica dificultava publicações mais sofisticadas, os almanaques tornaram-se um dos principais objetos de esforços editoriais. Em geral, essas publicações traziam informações corográficas e administrativas sobre determinada província, com curiosidades, como é o caso dos seguintes exemplares: *Almanach Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco* (1872); *Almanak Mercantil e Industrial da Província do Ceará* (1873); *Almanak da Província de São Paulo* (1873) e *Almanak Popular do Rio de Janeiro e Imperial Cidade de Niterói* (1878).

O gênero almanaque também se fez presente no território mineiro por meio do *Almanack Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais*, organizado e editado por Antônio de Assis Martins, com subsídio do governo provincial. Esse periódico anual circulou entre os anos 1864 e 1875, passando à propriedade da província em 1870. De acordo com a Lei Provincial n. 1447, de 1º de janeiro de 1868, a qual regularizava a publicação do almanaque, os exemplares deveriam ser distribuídos gratuitamente a todas as autoridades jurídicas e administrativas de Minas Gerais, aos ministros do Império e às repartições públicas da capital (MARTINS, 1870: 1). Nisso podemos perceber uma das funções políticas desse impresso, que era divulgar informações relativas à província de Minas Gerais e dar a conhecer os atores responsáveis pelo funcionamento da máquina do Estado nacional.

Essa e outras publicações do gênero certamente influenciaram Bernardo Saturnino da Veiga, organizador e editor do *Almanach Sul-Mineiro* de 1874. Analisar a historicidade dessa publicação é pensar o conjunto da produção impressa da família Veiga no sul de Minas Gerais da época, o qual se compõe de jornais⁵, opúsculos, almanaques e mesmo uma pequena enciclopédia popular datada de 1879.

Ademais, devemos ter em mente o tipo de intelectual prefigurado pelo idealizador do nosso *Almanach*: livreiro experiente, estudioso autônomo, polígrafo, Saturnino da Veiga representa bem a definição de antiquariato do século XIX, homem erudito, cuja paixão por objetos antigos é reflexo de seu interesse pela observação empírica e pelo experimento em todos os campos do conhecimento (MOMIGLIANO, 2004: 89). Acrescente-se a isso, seu indisfarçável amor pela pátria, entendida como o

⁵ Os principais títulos de jornais editados pela família Veiga os quais utilizamos em nossa pesquisa são: *A Nova Província* (1854-1859); *O Sul de Minas* (1859-1862) e *O Monitor Sul-Mineiro* (1872-1896).

local de nascimento, e a profunda veneração das raízes familiares no sul de Minas Gerais, o que, de certa forma, determina o olhar corográfico desse homem sobre essa região.

No que refere à análise da sintaxe e estrutura de organização de conteúdos do *Almanach Sul-Mineiro*, devemos estar atentos aos seguintes aspectos: primeiramente, os procedimentos metodológicos utilizados por Saturnino da Veiga na delimitação de seu objeto de estudo, o que inclui suas leituras de referência; em segundo lugar, a percepção espacial e programa político subjacentes à obra; por fim, a dinâmica de circulação e performatividade dessa publicação, incorporada à tradição de estudos corográficos sobre o território mineiro.

Quando de sua publicação em 1874, o *Almanach Sul-Mineiro* foi a concretização de um projeto há muitos anos acalentado pelo patriarca da família Veiga na Campanha, Lourenço Xavier da Veiga⁶. Falecido em 1863, tornou-se um ícone para os filhos, influenciando, inclusive, o posicionamento político deles em favor da autonomia político-administrativa do sul de Minas Gerais. É sintomático que Saturnino da Veiga tenha oferecido a dedicatória do almanaque a seu pai, e não a autoridades públicas do Império ou da província, como era de praxe nesse tipo de publicação.

Da dedicatória, após sublinhar o pioneirismo de Xavier da Veiga na política regional e na imprensa em Minas Gerais, o autor passa ao prefácio, parte da obra em que são declarados os principais propósitos da publicação, os objetivos e resultados alcançados, além das pistas sobre o projeto político do qual o almanaque é, ao mesmo tempo, produto e instrumento de divulgação. Vale a pena transcrevermos o excerto no qual Saturnino da Veiga apresenta as utilidades dessa leitura:

[...] dar conhecimento do que somos no presente, e esperanças do muito que podemos vir á ser no futuro. E si o bom destino permitir que um dia possa esta parte da grande provincia de Minas estabelecer sua economia separada, creando-se aqui um centro de administração, para melhor serem aproveitadas as immensas riquezas que possuímos, servirá este livro para mostrar que não é sem justa razão que desde muito se pugna pela criação da provincia de Minas do Sul (Grifos nossos) (ALMANACH SUL-MINEIRO, 1874: 7 – 8).

⁶Lourenço Xavier da Veiga (1806 – 1863) provinha de uma família de tipógrafos e livreiros estabelecidos no Rio de Janeiro desde o último decênio do século XVIII. Era irmão de João Pedro da Veiga (1797-1862); Evaristo Ferreira da Veiga (1798-1837) e Bernardo Jacinto da Veiga (1802-1845). Desses, os dois primeiros estabeleceram-se como livreiros na Corte, na década de 1820. Evaristo da Veiga chegou a se destacar no cenário político nacional, ao dirigir o *Aurora Fluminense*, influente órgão de imprensa do período das Regências.

Esse é um dos parágrafos mais importantes da obra, revelador da aspiração política mais íntima de quem o escreveu. Aqui, olhar corográfico e projeção de futuro se unem para singularizar uma região que, há gerações, vinha sendo imaginada e reivindicada por parcela de seus habitantes. O *topos*, ou idéia de fundo, presente nesse texto é o de que, em um futuro próximo, quando a província de Minas do Sul viesse realmente se constituir, o trabalho de inventário de seu território já estaria concluído.

É interessante observarmos como a percepção de totalidade espacial expressa no *Almanach Sul-Mineiro*, é reveladora das leituras e dos procedimentos metodológicos utilizados por Saturnino da Veiga para compor o recorte corográfico da obra. Logo no início do prefácio, o território mineiro é louvado em suas qualidades, como fertilidade do solo e amenidade do clima, o que compensaria a desvantagem de Minas Gerais ser uma província central, extensa e de relevo acidentado. Segundo o autor, essas seriam as causas do estado de decadência de algumas regiões mineiras (ALMANACH SUL-MINEIRO, 1878: 7 – 8).

A imagem de decadência associada à posição geográfica e extensão das províncias é uma constante no discurso de políticos do século XIX, para justificar medidas de reordenamento administrativo e territorial do Império. É de se imaginar que Saturnino da Veiga tivesse contato com esses discursos e os reproduzisse, como fez ao publicar opinião do senador Candido Mendes de Almeida, no periódico *Monitor Sul-Mineiro*:

Que singular sistema de governo é o nosso, que por falta de uma sensata divisão de províncias, deixa tão mal administrado grande número de Brasileiros!

E que razão de estado há para manter-se esses acervos anormais de territórios, indecifráveis perante a geografia e a política, e que, sob a especiosa denominação de províncias, são para a nossa nacionalidade, como para nossa união, um perigo no futuro? (MONITOR SUL-MINEIRO, 25/05/1873).

Na impossibilidade prática de tratar Minas Gerais como um todo, dadas as extensões territoriais e a ausência de dados suficientes, o autor do *Almanach Sul-Mineiro* justifica a decisão de circunscrever seu objeto de estudo à porção sul da província. Essa justificativa, no entanto, parece-nos performativa, já que dissimula, sob o aspecto de um obstáculo metodológico, o projeto político e editorial do empreendimento, que era justamente a singularização da região sul mineira por meio do inventário de suas riquezas, potencialidades, signos de progresso e historicidade.

O elemento primário de qualquer estudo corográfico consiste na definição dos limites e extensões da região em pauta. No caso do *Almanach Sul-Mineiro*, Saturnino da Veiga toma o cuidado de identificar as fronteiras do sul de Minas Gerais sem, contudo, tratá-las como definitivas ou ignorar que, legalmente, elas ainda não haviam sido reconhecidas. Ademais, de acordo com o autor, não havia consenso sobre a extensão da província de Minas do Sul. Sendo assim, a organização dos conteúdos do almanaque pautou-se pela divisão jurídico-administrativa de oito comarcas, quais sejam as do Rio Verde, Jaguarí, Sapucaí, Cabo Verde, Baependi, Três Pontas, Itajubá e Jacuí.

É interessante observarmos que todas estas comarcas, bem como os municípios e freguesias que as compõem, correspondiam ao que em finais do século XVIII, foi o termo da Vila da Campanha da Princesa, uma das primeiras localidades da região. Isto nos remete ao regime de espacialidade característico do *Almanach Sul-Mineiro*, baseado na hierarquização dos espaços regionais em torno de um núcleo urbano gerador de civilização, nesse caso, Campanha. Não é sem motivo que os dados sobre essa cidade são os primeiros a serem apresentados e ocupam grande número de páginas do almanaque. Na opinião do autor, “as demais povoações, que depois forão creadas, que crescerão, e que agora parecem querer (algumas) disputar primasia com a Campanha, tirarão della seus fundadores, ou os primeiros elementos de sua prosperidade” (ALMANACH SUL-MINEIRO, 1874: 51).

Sob o signo de um olhar corográfico e hierarquizador, o *Almanach* segue apresentando os principais municípios que compunham o sul de Minas Gerais. Consideradas algumas variações, podemos identificar o seguinte roteiro de informações: primeiramente, o autor apresenta a origem histórica da localidade, remetendo-se a lendas e documentos históricos sobre a fundação do local. Em seguida, dados sobre clima, hidrografia, topografia e principais gêneros agrícolas são enumerados de maneira a compor uma espécie de paisagem econômica e natural da região. Ao tratar de núcleos urbanos importantes, o almanaque lista alguns de seus signos de civilização, como bibliotecas, teatros, escolas, cadeias e hospitais. É também comum haver uma pequena galeria das personalidades locais já falecidas e dos filhos da terra que haviam cursado ensino superior. Por fim, há um rol das autoridades públicas, eleitores e principais comerciantes de cada localidade.

Em considerações sobre almanaques editados na província de São Paulo durante

o século XIX, Maria Coleta de Oliveira observa que essas publicações tinham como proposta informar acerca da vida social e econômica das cidades nas quais geralmente circulavam. À semelhança de nossa fonte, os almanaques paulistas também traziam um arrolamento dos nomes das principais autoridades e dos titulares de negócios, apontando os responsáveis por empreendimentos que marcaram determinada localidade. Para a autora, esses inventários de nomes são profícuas fontes de pesquisa, pois fornecem informações sobre a heterogeneidade social das cidades do interior paulista no período do café (OLIVEIRA, 2005: 24).

Além de quadros sociais, pensamos que percepções de espaço, próprias dos homens do Oitocentos, possam ser subtraídas dessas seções biográficas. Ao listar nomes de autoridades locais e rememorar filhos da terra e personalidades locais, editores, como Saturnino da Veiga, estavam não somente prestando um tributo a seus conterrâneos, como também discriminando a matéria humana que compunha a região. Na percepção espacial dos autores de almanaques corográficos, o elemento humano, ilustre, patriótico e virtuoso era componente essencial à conformação de uma região em vias de progresso. Sendo assim, a região sul mineira era não apenas uma realidade natural, mas também um espaço de homens enredados por laços de interesses políticos, parentesco e topofilia.

A concepção de progresso, tão cara ao século XIX, é outra chave de análise com a qual podemos ler o conteúdo de muitos almanaques e outros impressos da época. Entendido como um fim a ser alcançado, o progresso quase sempre esteve relacionado a signos de modernidade e civilização, como ferrovias, navegação a vapor, correios, imprensa etc. Nessa lógica, podemos interpretá-lo como um projeto político próprio das elites regionais oitocentistas, além de critério pelo qual se qualificavam e reconheciam regiões.

No *Almanach Sul-Mineiro*, as condições de progresso do sul de Minas Gerais estão intimamente relacionadas à posição geográfica e características topográficas das localidades. Para descrevê-las, Saturnino da Veiga emprega uma perspectiva linear, como quem observa de longe a paisagem característica da região sul mineira. Isso confere ordem à composição corográfica, além de reafirmar, na pedagogia do almanaque, signos visuais como rios, montanhas, colinas e vales. Percebemos essa estratégia, por exemplo, no excerto que trata da paróquia de São Francisco do Água-pé, da freguesia de Espírito Santo dos Coqueiros:

Á séde desta parochia está pittorescamente collocada em um pequeno plateau, circulado pelo ribeirão da Água Limpa e pelo magestoso Rio Grande. É vastíssimo o horisonte de que a vista gosa neste lugar, estendendo-se por sobre as formosas campinas e bellos vargedos que formão as margens daquelles rios, dos quaes o ultimo, pela sua importancia e navegabilidade, promette um auspicioso futuro á lavoura e ao commercio destas regiões, onde até agora só mui lentamente tem o progresso conquistado algum terreno (Grifos nossos) (ALMANACH SUL-MINEIRO, 1874: 217).

Não raramente, um núcleo urbano dinâmico, do ponto de vista econômico e social, tem suas formas e cores naturais acentuadas pelo olhar corográfico do *Almanach Sul-Mineiro*. Esse é o caso da cidade de Pouso Alegre, qualificada como “formosa entre as mais formosas povoações de Minas” (ALMANACH SUL-MINEIRO, 1874: 221). Processo inverso, todavia, ocorre com aquelas localidades aparentemente afastadas dos trilhos do progresso e da civilização, como a freguesia de Santo Antonio do Pirangussú, da Comarca do Itajubá, visual e simbolicamente denegrida pelo autor:

O aspecto dessa pequena aldeia nada tem de aprasivel. Contra o costume geral, que é ser a igreja collocada no centro da praça principal, aqui está ella sobre um monte, isolada, tendo ao lado uma casa arruinada. Desse lugar, que é uma depressão da montanha, não se avista o povoado, parecendo que a ermida se levanta no deserto (Grifos nossos) (ALMANACH SUL-MINEIRO, 1874: 295).

Se a beleza e a feiura estão nos olhos de quem as vê, podemos estimar que Saturnino da Veiga observasse o conjunto da paisagem sul mineira com as lentes próprias de um corógrafo agente dos interesses regionais, mas também formador da identidade nacional. Ao publicar o *Almanach Sul-Mineiro*, com vistas à divulgação de sua obra, o autor doou exemplares a diversas câmaras municipais da região, dentre elas a de Campanha, que ele pensava dever ser a mais interessada no progresso do sul de Minas Gerais.

Percebemos que, com este ato, Saturnino da Veiga reafirmava as relações políticas e de amizade que provavelmente existiam entre ele e diversas municipalidades sul mineiras, além de divulgar uma imagem idealizada da região que contribuísse para validação dos projetos de provincialização e autonomia político-administrativa do sul de Minas Gerais. Nisso reside o maior valor performativo do almanaque, instrumento de vulgarização do saber e cristalização das informações, estratégia típica da política pedagógica do Oitocentos.

O *Almanaque Sul-Mineiro* ainda rendeu a seu autor o ingresso como socio-correspondente no IHGB em 1880⁷, o que nos evidencia, de certa forma, o reconhecimento dessa instituição para com o mosaico de histórias regionais e locais. Afinal, todo tipo de conhecimento, fosse ele corográfico ou de síntese, era tido como de serventia para a consolidação do território nacional.

3. Considerações Finais

Um templo consagrado á divindade, algumas casinhas erguidas junto delle, a rua erma de povo que sahio para cultivar a terra, a corrente graciosa de um rio, e mais longe campos em que pasta o gado e matas que o lavrador converteu em formosa seára, eis o que ás mais das vezes é uma aldeia no extremo sul da provincia de Minas (ALMANACH SUL-MINEIRO, 1874: 361).

Com esta descrição, a imagem idealizada do sul de Minas Gerais ficaria impressa nas páginas amareladas do *Almanach Sul-Mineiro*, até que pudéssemos recuperar sua essência e historicidade, reconstituindo o processo pelo qual a região fora um dia imaginada por alguns de seus habitantes como peça de um grande mosaico, o Império do Brasil.

Este artigo buscou apresentar sucintamente o atual estágio de nossa pesquisa de mestrado. Vimos que a obra em questão inscreve-se numa tradição muito antiga de estudos corográficos sobre o território das Minas Gerais, inovando ao tratar não da província já institucionalizada, mas de uma utopia espacial, Minas do Sul.

Pudemos também identificar a estrutura semântica que confere unidade e polissemia ao *Almanach*, sua sintaxe, que está diretamente relacionada aos projetos políticos de progresso e provincialização da região sul mineira. Sob a óptica do autor, as casinhas erguidas junto ao templo, os rios de correntes graciosas, os campos, matas e searas, tudo o que compunha o sul de Minas Gerais era belo, porém jazia num estado de sonolência, para não dizer decadência, que somente poderia ser dissipado com o progresso e a criação de um novo centro administrativo, com sede preferencialmente na cidade da Campanha. Essa é a essência e objeto de nossa pesquisa: usos políticos de um espaço imaginado.

⁷Bernardo Saturnino da Veiga ainda concorreu para o Instituto com mais duas obras, quais sejam: *Enciclopédia Popular* (1879) e *Traços Biographicos do Exm. Sr. Barão de Irapuá* (1881).

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRIÈS, Lise. Almanques: revolucionando um gênero tradicional. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775 – 1800*. Trad. Marcos Marffei Jordan. São Paulo: Edusp, 1996. p. 288 – 307.

ASSIS, Machado de. Como se Inventaram os Almanques. In: MEYER, Marlyse (org.). *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 25 – 28.

BAKER, Alan R. H.; BIGER, Gideon. *Ideology and Landscape in historical perspective: essays on the meanings of some places in the past*. New York: Cambridge University Press, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O poder simbólico*. Trad. De Fernando Tomaz. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CLAVAL, Paul. *Histoire de la géographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

COSGROVE, Denis. Prospect, Perspective and the evolution of the Landscape Idea. In: *Transactions of the Institute of British Geographers, New Series*, v. 10, n. 1, 1985, p. 45 – 62.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903 – 1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FERREIRA, Jerusa Pires. Almanaque. In: MEYER, Marlyse (org.). *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 19 – 22.

GOUBERT, Pierre. Local History. In: *Historical Studies Today*. Ed. by Felix Gilbert and Stephen R. Graubard. New York: Norton & Co., 1972.

MEDEIROS, Bruno Franco; ARAÚJO, Valdei Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XLIII, n. 1, jan./ jul. 2007, p. 24 – 37.

MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad. de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: Edusc, 2004.

OLIVEIRA, Maria Coleta. Os Almanques de São Paulo como Fonte para Pesquisa. In: MEYER, Marlyse (org.). *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 23 – 24.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

Fontes documentais manuscritas:

Ofício remetido por Bernardo Saturnino da Veiga à Câmara Municipal da cidade de Campanha, 12/08/1874. In: Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort – CEC/ML. Documentação Avulsa n. 71.

Fontes impressas e obras de referência:

GERBER, Henrique. *Noções geographicas e administrativas da província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Typographia de Georges Leuzinger, 1863.

MARQUES, César Augusto; VEIGA, Luís Francisco da. Parecer da Comissão de História acerca da obra de Bernardo Saturnino da Veiga. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, t. 3, v. 61, 1880. p. 404 – 406.

MARTINS, A. de Assis. *Almanak administrativo, civil e industrial da província de Minas Geraes do anno de 1869 para servir no de 1870*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha, 1872 – 1896.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1884.